



**ACÓRDÃO Nº2223/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12233/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – IMMU
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Paulo Henrique do Nascimento Martins (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5680/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – IMMU. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** Prestação de Contas Anual do **Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins**, na qualidade de Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – IMMU, referente ao exercício de 2021;
- 10.2. **Recomendar ao Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins**, enquanto gestor do IMMU observe com maior rigor os prazos estipulados no art. 28 do Decreto Municipal Nº 04.763/2020, no que tange ao encaminhamento do processo de adiantamento à Controladoria Geral do Município;
- 10.3. **Recomendar ao Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins**, enquanto gestor do IMMU, que os valores pagos em decorrência das multas e juros sejam devolvidos pelo responsável ao ente, sob pena de grave infração a norma legal, bem como observe com maior rigor as datas de vencimento para que eventuais atrasos não resultem em novas multas;



**ACÓRDÃO Nº2223/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.4. Determinar** a implementação de inspeção concomitante para os serviços envolvidos na sinalização viária contratados pelo IMMU, devido a necessidade de sua constante renovação em função dos desgastes naturais, da dinâmica da mobilidade urbana e a natureza das inspeções anuais, buscando assegurar que os recursos públicos sejam utilizados com eficiência e probidade;
- 10.5. Dar ciência** ao **Sr. Paulo Henrique do Nascimento Martins** e aos demais interessados do teor desta decisão;
- 10.6. Arquivar** o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais.
- 11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 26 de Outubro de 2023
- 13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral